

INFORME DIRETORIA PARLAMENTAR ANAFE 5/2/2021

Em razão da solicitação dos representantes estaduais e para subsidiar a reunião que será realizada dia 8 de fevereiro para organização do trabalho parlamentar, encaminhamos as principais atividades realizadas:

DEZEMBRO 2020

- 1) Reunião com a assessoria parlamentar da ANAFE.

Objetivo: Levantar as principais dificuldades, reclamações dos associados e traçar estratégias para a melhoria do trabalho parlamentar.

- 2) Reunião com a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares da AGU.

Objetivo: Alinhar as diretrizes para trabalho parlamentar no Congresso Nacional no que for pauta comum da AGU e ANAFE, especialmente a reforma administrativa e honorários.

- 3) ANAFE sedia Reunião com o FONACATE e o Relator da PEC422/05, Deputado Carlos Zarattini.

Objetivo: Articular a inclusão da legitimidade ativa da AGU para propor a ação no projeto de Lei que altera a Lei 8.429/92. Foi entregue ao deputado sugestão de redação ao substitutivo do relator.

- 4) Atuação no PL 4252/20 – Licitações. O Projeto de Lei já estava no Senado, pronto para votação, a ANAFE trabalhou para que fossem apresentados destaques. Houve atuação conjunta com a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares da AGU que contou com a ajuda de alguns representantes estaduais e colegas especialistas na matéria. Foi elaborado material da ANAFE e encaminhado a todos os senadores. <https://anafenacional.org.br/apos-trabalho-parlamentar-anafe-garante-vitoria-na-votacao-do-projeto-que-cria-nova-lei-de-licitacoes/>.

JANEIRO 2021

- 5) ANAFE elabora material para o FONACATE divulgar carta aberta aos candidatos à presidência da Câmara dos Deputados e do Senado.

<https://fonacate.org.br/noticia/notas-oficiais/fonacate-divulga-carta-aos-candidatos-a-presidencia-da-camara-dos-deputados-e-do-senado-federal/>

- 6) Criação do Ciclo de Capacitações em trabalho parlamentar - O primeiro curso será realizado nos dias 9 a 11 de março e estão abertas as inscrições.



<https://anafenacional.org.br/anafe-lanca-ciclo-de-capacitacoes-sobre-trabalho-parlamentar/>

7) Diretora Parlamentar participa de reunião *on-line* com Lideranças Femininas do Parlamento e sociedade, estavam presentes as Senadoras Simone Tebet, Mara Gabrilli, a deputada Tabata Amaral, Marta Suplicy e demais autoridades. A reunião ocorreu dia 27 de janeiro.

8) ANAFE parabeniza o Senador Rodrigo Pacheco pela vitória no Senado e agradece as vezes em que recebeu os membros da AGU. Igualmente parabeniza o Deputado Arthur Lira por assumir a Presidência da Câmara.

ACÕES PRÓXIMAS:

Dia 8 de fevereiro - Reunião com o colegiado para organização do trabalho parlamentar; definição de estratégia de atuação para reforma administrativa e lançamento de enquete para ser respondida pelos associados sobre trabalho parlamentar.

Dia 9 de fevereiro – Reunião com a Deputada indicada para presidir a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara - Bia Kicis.

A ANAFE está aguardando a resposta do pedido de reunião com parlamentares (Presidentes da Câmara, Senado, Comissões e líderes de partido).

AÇÕES PERMANENTES:

- Monitoramento dos projetos definidos para votação na Câmara e no Senado;
- Monitoramento de PLs e PECs de interesse da Advocacia Pública Federal.

Exemplos:

PEC 32/2020 – Reforma Administrativa.

PEC 133/2019 –PEC Paralela da Reforma da Previdência.

PEC 438/2018 – Regulamenta a “regra de ouro” e cria gatilhos e outras medidas de redução de despesa pública.

PEC 443/2009 – Vinculação em 90,25% a remuneração dos advogados públicos com os subsídios dos Ministros do STF.

PEC 80/2015 – Recriação da carreira dos Procuradores Autárquicos.

PEC 139/2015 – Fim do abono de permanência no serviço público.



PEC 45/2019 – Reforma Tributária.

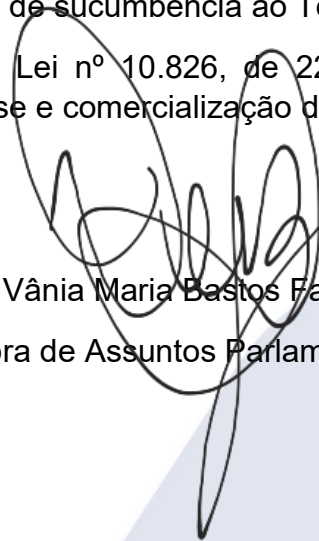
PEC 555/2006 – Fim da contribuição dos servidores inativos.

PL 6381/2019 – Revoga dispositivo do CPC para extinguir a previsão de pagamento de honorários de sucumbência a advogados públicos.

PL 367/2020 - Altera o CPC para limitar o pagamento de honorários de sucumbência dos advogados públicos ao teto constitucional.

PL 4997/2020 – Altera o Código de Processo Civil para determinar a destinação dos honorários de sucumbência ao Tesouro Nacional.

PL 3723/2019 – Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.



Vânia Maria Bastos Faller

Diretora de Assuntos Parlamentares

